



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE
ATA DA 16ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS**

1 No dia vinte e oito de setembro de 2017, às 13h30min, no Auditório do Conselho, na Avenida
2 Borges de Medeiros, 1501/9º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de
3 pauta: **1º) Inscrições de Assuntos Geral; 2º) Aprovação da ata da 15ª Plenária de 2017 e da 3ª,**
4 **4ª e 5ª Plenárias Ordinárias de 2016; 3º) Informes e expedientes; 4º) Hospital Regional de**
5 **Santa Maria (relato e apresentação de resolução pela Comissão de Fiscalização); 5º) Início do**
6 **debate da PNAB; 6º) Informes; 7º) Relato de Comissões; 8º) 1ª CVS/RS; 9º) Assuntos Gerais.**
7 **Titulares:** Camila Giugliani (UFRGS), Carlos Corrêa Martins (Fracab), Jairo Tessari (Fed. Sts.
8 Casas de Mis), Lotário Schlindwein (CGTB), Camila Jacques (CRMV-RS), Alfredo Gonçalves
9 (CUT RS), Eni Cecília Bahia (CNBB), Denize Cruz (SERGS), Elizandro Ferranoto (CRESS), Zilá
10 Cohen (AGAFAPE), Marilu Santos (FETAPERGS), Alcides Pozzobon (Fehosul – Ahrgs), Mara
11 Soeiro (Sindsepe RS), Sandra Leon (CRP), João de Deus Pawlak (Fracab), Claudio Augustin
12 (CUT), Leila Ghizzoni (Emater-rs – Ascar), Helena Ranzolin (Sindifars), Ana Valls (Agapan),
13 Elpídio Borba (CGTB), Claudeci Souza Dorneles (Fessers), Jacira dos Santos (CRN2), Aglaé
14 (SES). **Suplentes:** Jaime Ziegler (CGTB), Bárbara Pires (Fiergs), Roberta de Moraes (SPGG), Mara
15 Portal (Fetag), Simone Justo (Simers), Karól Veiga (FGSM), Sandra Schmitt (MS/RS), Cristian
16 Guimarães (SES), Roberta da Silva (Corsan). Cláudio Augustin inicia a plenária dando as boas-
17 vindas aos presentes e propõe alteração na ordem da pauta, antecipando para o 4º ponto a
18 Conferência de Vigilância em Saúde. Todos os conselheiros presentes concordam. Posteriormente
19 abre para inscrição de assuntos gerais, onde não há inscrições. No ponto da aprovação da ata da 15ª
20 plenária, Camila relata que houve sugestões da Aglaé e Carlos Correa Martins também faz uma
21 correção. Cláudio coloca a ata da 15ª Plenária com as correções em votação e é aprovada por
22 unanimidade. Cláudio também coloca em votação as atas da 3ª, 4ª e 5ª Plenárias de 2016 e são
23 aprovadas com duas abstenções. Cláudio propõe que as atas de 2016, que estão atrasadas, também
24 sejam resumidas, visto que os estagiários estão degravando e isso tem consumido bastante tempo
25 deles, impedindo que sejam aproveitados em outras atividades. A proposta é continuar mantendo a
26 gravação disponível para quem quiser e os estagiários fazerem uma ata resumida, conforme tem
27 sido feita em 2017. Coloca essa proposta em votação e é aprovada por unanimidade. Enquanto
28 Itamar verifica os expedientes, Cláudio passa para o ponto da 1ª CVS/RS. Camila informa sobre a
29 situação do local, que provavelmente será a FETAG, e dos encaminhamentos. Agradece à FETAG
30 por colaborar mais uma vez com o CES. Informa que até o final da semana ou início da semana que
31 vem já terão o número de delegados dos municípios. Apresenta os números de delegados membros
32 do CES, eleitos do CES e convidados que se inscreveram, lembrando que a inscrição encerrou
33 ontem. Informa que foram 10 delegados membros do CES, sendo 7 usuários, 2 trabalhadores da
34 saúde e 1 gestor. Foram 30 delegados que se inscreveram para eleitos pelo CES, sendo 15 usuários,
35 13 trabalhadores e 2 gestores. Com relação aos inscritos para convidados, foram em torno de 97
36 com predominância de trabalhadores da saúde, sendo apenas 17 usuários. Informa que como
37 tivemos que readequar o local, teremos que fechar o número de delegados dos municípios para
38 vermos quantas vagas restarão para os convidados, visto que o lugar comporta menos pessoas. Ana
39 Valls complementa que foram 145 municípios validados e que até agora estão com 584 delegados
40 titulares e 284 suplentes dos municípios, e que devem encerrar o trabalho até amanhã ou segunda
41 feira, onde se terá o número certo de delegados validados. Sandra Schmit relata que com a ajuda de
42 muitos, inclusive o pessoal do CEVS, foi possível finalizarem o documento com as propostas em 12
43 páginas e que estão só ajustando para encaminhar para a gráfica. Cláudio relembra que foi um
44 trabalho árduo da comissão de relatoria e formulação e que de mais de 1500 propostas, ficaram em
45 torno de 150. Informa que esse documento finalizado será enviado para todos os delegados para

46 terem conhecimento antes da 1ªCVS/RS e, se quiserem, reivindicarem suas propostas caso não as
47 identifiquem no caderno. Sandra destaca que teve um eixo com 600 propostas vindas dos
48 municípios e que estavam muito repetitivas e que o trabalho de sistematização da comissão foi
49 muito bom. Cláudio relembra que as inscrições para delegados eleitos, delegados membros e
50 convidados teve o prazo inicialmente aumentado até ontem e que com relação aos convidados
51 teremos que verificar conforme a disponibilidade de espaço. Cláudio coloca em votação os
52 delegados eleitos e é aprovado por unanimidade. Também coloca em votação sobre a comissão
53 organizadora da 1ªCVS/RS resolver os convidados conforme a disponibilidade do local e é
54 aprovado por unanimidade. Encerrado esse ponto, Itamar retoma o ponto dos expedientes
55 informando sobre o recebimento de um ofício 072/2017 da câmara de vereadores de Charqueadas
56 sobre a realização de uma audiência pública que discutiu as questões de saúde do município, foi
57 encaminhado para comissão de Fiscalização do CES/RS e para Secretaria para ciência. Cláudio
58 passa para o próximo ponto de pauta, onde Elpídio faz uma apresentação do relatório da comissão
59 de fiscalização sobre a visita ao Hospital Regional de Santa Maria, que está a um ano pronto e não é
60 utilizado, apresentando deterioração das instalações. Como encaminhamento, propõe denúncia ao
61 MPE, MPF e MS pelo descaso do governo com relação à situação desse hospital. Ana Valls
62 complementa informando que enquanto esse hospital está parado, o Hospital Universitário da
63 UFSM está lotado e que devemos nos atentar para o que está na PAS com relação a esses hospitais e
64 sugere que tragamos esse debate para uma plenária para o governo estadual expor o que está
65 ocorrendo. Abre-se para o debate e Lotário traz informações sobre a situação dos pacientes e dos
66 trabalhadores do HU da UFSM, que vêm enfrentando muitas dificuldades. Eni Cecília Bahia
67 recomenda que seja acompanhado a situação de outros hospitais regionais ou não regionais, outras
68 obras, ações de poder público e vários investimentos que realmente devem ser feitos que sejam
69 acompanhados para não acontecer o que vem acontecendo. Aglaé, da Secretaria Estadual da Saúde,
70 diz o que a Comissão de Fiscalização está trazendo é dar relato de um hospital que há dez anos vem
71 sendo construído, e que passou por 3 governos (até 4 secretários de saúde). A entrega de uma obra
72 em trinta de setembro, não é entregar um hospital operando em cem por cento de funcionamento, de
73 acordo com ela. O gestor está tentando buscar financiamento para equipar o hospital e torná-lo
74 operante. Será um hospital referência naquilo que a região mais precisa, em traumatologia, e
75 neurocirurgia. Aglaé revela que o gestor pode até ter que entrar com parte dos equipamentos, para
76 depois isto ser amortizado. A região queria que a EBSEH assumi a gestão do hospital, mas esta
77 também não tem condições de assumir, já se manifestou, de acordo com Aglaé. Ela diz que o Estado
78 do Rio Grande está com dificuldades fiscais de investimento, e a secretaria fica até feliz quando o
79 Estado consegue pagar as internações porque dinheiro de custeio é muito difícil. Aglaé diz que o
80 Hospital Sírio Libanês possui isenções fiscais e é uma relação do Ministério da Justiça dentro do
81 PROAD, não saiu nenhuma parcela de financiamento da Secretaria da Saúde. Jairo Tessali, da
82 Federação das Santas Casas do Estado, diz que a solução para o Hospital Regional não virá logo,
83 ele cita o GHC e diz que ele está planejando abrir mais um hospital de oncologia, e inclusive está
84 disputando recursos da bancada federal. Tessali faz suas considerações sobre o tema e declara que
85 se este hospital é para ser cem por cento SUS, então deve ser cem por cento financiada pelo SUS. O
86 SUS quando financia, não cobre o custo, de acordo com ele. Desta forma, ninguém vai querer
87 financiar. Ele diz que se houvesse recursos desses hospitais que são geridos pela Empresa Brasileira
88 de Serviços Hospitalares, já que tem financiamento maior, talvez pudessem assumir. Também os
89 que possuem o recurso do PROAD, que faz gestão do Hospital da Restinga. Jairo diz que assumir
90 sem financiamento, certamente ninguém vai querer. A palavra está com a conselheira nacional de
91 saúde, Sueli. Ela diz que não se começa um empreendimento do tamanho dos hospitais regionais, sem
92 antes ter pensado em quem vai administrar. A construção do hospital serviu de disputa política, de
93 acordo com ela. Sempre que o Conselho regional questionava, na época, sobre quem iria fazer a
94 gestão, a resposta era de que “esse não é assunto para agora, é para depois”. Ela diz que foi o que
95 ajudou a campanha eleitoral do atual prefeito a ganhar a eleição, porque foi dito que o Sírio, o
96 Moinhos ou o Mãe de Deus iria assumir, fazendo o povo de Santa Maria acreditar. Ela reitera que o
97 Hospital Regional foi prometido como cem por cento SUS, só virou oitenta por cento depois das

98 eleições. Sueli diz que o presidente do Conselho Nacional de Saúde e outros conselheiros não
99 conseguiram entrar no Hospital, tendo ido até o local. Sueli faz a leitura da recomendação de
100 número 36 do Conselho Nacional de Saúde. Lotário faz breve manifestação sobre o Hospital
101 Regional de Palmeiras, e sobre a politização da questão da saúde. O presidente Cláudio Augustin
102 relembra o fato de que o conselho deliberou contra a construção do Hospital Regional de Santa
103 Maria há alguns anos atrás, pois foi feito com recursos de emendas parlamentares que este conselho
104 sempre foi contrário. O presidente diz que deve-se ouvir a proposta que o Governo tem, e tentar
105 encontrar um caminho para solucionar o problema. Ana Valls, da Agapan, faz uma fala sobre os
106 poderes do conselho e suas limitações, ela indica encaminhar este relatório para o Ministério
107 Público Federal e o Ministério Público Estadual. Ela diz que se no primeiro mês que o secretário
108 pagou daquela forma os funcionários públicos, as pessoas tivessem entrado na justiça
109 automaticamente, talvez o Governo não precisasse pagar todo esse dinheiro que o Governo
110 indenizará pelos atrasos. Precisamos pensar na situação do hospital, dialogar em conjunto, incluindo
111 anexando junto a resolução do próprio Conselho Nacional, de acordo com Ana Valls. Ela diz que
112 essa situação do Hospital Regional em Palmeiras não pode ser pensada em nenhuma construção, se
113 dentro do projeto já não estiver previsto a gestão. Ela diz que ‘elefantes brancos’ na área da saúde, é
114 crime. Carlos Martins, da Fracab, diz que é um hospital público que precisa ser financiada e
115 mantido com dinheiro público, mas por várias razões, inclusive políticos. De acordo com ele, só há
116 duas possibilidades, uma é o Governo ter dinheiro, e a outra é diminuir esta proporção do SUS
117 porque, se não, não há quem queira assumir dívidas, ao invés de lucro. Ana Valls retoma a fala, e
118 diz que o normal é um hospital público, ter uma gestão pública. O presidente Cláudio Augustin cita
119 a constituição, diz que o setor privado na saúde é complementar e o que está acontecendo é o
120 público sendo complementar. De acordo com ele, só há duas possibilidades, uma é o Governo ter
121 dinheiro, e a outra é diminuir esta proporção do SUS porque, se não, não há quem queira assumir
122 dívidas, ao invés de lucro. Ana Valls retoma a fala, e diz que o normal é um hospital público, ter
123 uma gestão pública. O presidente Cláudio Augustin cita a constituição, diz que o setor privado na
124 saúde é complementar e o que está acontecendo é o público sendo complementar. O Claudio
125 encaminha ao Pleno a aprovação da Resolução que é aprovada. Itamar Santos, vice-presidente do
126 Conselho, faz a leitura da Resolução numero 06, e o presidente Cláudio Augustin inclui as entidades
127 que a mesma deva ser enviada, sendo aprovado pelo Pleno. A Sueli faz a apresentação sobre a
128 PNAB, port. nº 2.439-17 de 21 de setembro, salientando o quanto será prejudicial ao SUS, que o
129 Ministério da Saúde não acolheu a Recomendação nº 35 do CNS. A conselheira pergunta se já foi
130 publicado, e se já é válido. João de Deus, da Fracab, faz uma consideração sobre os malefícios das
131 privatizações na saúde, ele se dirige diretamente à conselheira nacional Sueli. Camila, da UFRGS,
132 questiona sobre a estratégia que está sendo pensada, e problematiza sobre a estratégia de saúde da
133 família, e sobre a qualificação deste modelo. Ela diz que no atual momento político em que estamos
134 inseridos, se precisa cuidar a manutenção dos serviços de saúde e cuidar os cortes nesta área. José
135 Severino Becker, ex-representante dos usuários no Conselho Nacional de Saúde, questiona Sueli
136 sobre as estratégias de enfrentamento para os três níveis: municipal, estadual e federal. Ana Valls,
137 da Agapan, faz uma consideração sobre o Plano apresentado por Sueli, cita a fala anterior do
138 Conselheiro João de Deus e diz que os hospitais dos municípios já estão sendo privatizados. Ela diz
139 que se o Conselho não tomar ciência da realidade completa dos processos denunciados junto ao
140 Ministério Público como em aliado, talvez a situação se complique cada vez mais. Karól Veiga, do
141 Fórum Gaúcho de Saúde Mental, faz consideração sobre a consulta popular, e sobre a estratégia de
142 saúde da família. Lotário Schlindwein, da CGTB, faz uma consideração sobre a precarização da
143 saúde no pós-golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff (PT). O Presidente Cláudio Augustin
144 tem a palavra e comenta sobre o processo de privatização da atenção básica. Sueli retoma a palavra
145 e faz as considerações finais respondendo as questões dos conselheiros. Ela fala sobre o
146 congelamento na saúde e na educação, e diz que o Conselho Nacional de Saúde, pela primeira vez
147 na história, não aprovou o relatório de gestão de 2016. A portaria está publicada e entra em vigor na
148 data de sua publicação, diz ela. Sueli chama a atenção para a integração entre as áreas pedagógicas,
149 da saúde e democráticas. Cláudio Augustin entrecorta a fala de Sueli, e diz que o Conselho Estadual

150 irá se posicionar de forma contrária, se apoiando no Conselho Nacional de Saúde. Sueli incentiva o
151 diálogo nos Conselhos Municipais e com a sociedade. Finalmente foi aprovada a Resolução do CES
152 sobre essa matéria. Nada mais havendo tratar, Cláudio encerra a plenária. Eu, Iury Casartelli, lavrei
153 a presente ata, complementada por Michele Leon que, após leitura e aprovação, será assinada pela
154 Mesa Diretora. Porto Alegre, 28 de setembro de 2017.

Claudio Augustin
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa
Coordenadora do CES/RS

Denise Cruz
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS